

LEBRE

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Transparência, segurança e respeito à privacidade

Documento	Política institucional
Versão	1.0
Data de vigência	12 de agosto de 2026
Responsável pela aprovação	Diretoria da Lebre

LEBRE TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA.
CNPJ 41.986.662/0001-60
Salvador - Bahia

1. Objetivo

Esta Política explica, de forma clara e acessível, como a Lebre Tecnologia e Informática Ltda. (Lebre) coleta, utiliza, armazena, compartilha, protege e elimina dados pessoais no desenvolvimento de suas atividades. O documento também informa os direitos dos titulares e os canais disponíveis para seu exercício.

A Lebre trata dados pessoais em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), com o Marco Civil da Internet, quando aplicável, e com normas e orientações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

2. Quem é a Lebre e qual é o alcance desta Política

A Lebre Tecnologia e Informática Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 41.986.662/0001-60, com sede na Avenida Luís Viana Filho, nº 13.223, Hangar Business Park, Torre 05, São Cristóvão, Salvador/BA, CEP 41.500-300, atua na comercialização, locação, integração, suporte e prestação de serviços de tecnologia da informação.

Esta Política se aplica aos dados pessoais tratados pela Lebre relacionados a clientes e seus representantes, fornecedores, parceiros, visitantes do site e das instalações, participantes de eventos, candidatos a vagas, colaboradores e demais pessoas que interajam com a empresa. Quando a Lebre tratar dados exclusivamente segundo instruções de um cliente, poderá atuar como operadora; nesse caso, o cliente será o controlador e suas orientações e política também deverão ser observadas.

3. Conceitos essenciais

Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

Dado pessoal sensível: dado sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação sindical ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, saúde, vida sexual, dado genético ou biométrico vinculado a uma pessoa.

Titular: pessoa natural a quem os dados se referem.

Tratamento: qualquer operação realizada com dados pessoais, como coleta, acesso, uso, armazenamento, compartilhamento, alteração, anonimização ou eliminação.

Controlador: quem toma as decisões sobre o tratamento.

Operador: quem trata dados em nome do controlador.

Encarregado: canal de comunicação entre a organização, os titulares e a ANPD.

4. Princípios adotados

A Lebre observa os princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas. Isso significa tratar apenas os dados pertinentes, para objetivos legítimos e informados, pelo tempo necessário e com medidas proporcionais aos riscos.

5. Como os dados são coletados

- Diretamente do titular ou de seu representante, por formulários, propostas, contratos, cadastros, e-mails, telefone, WhatsApp, reuniões, eventos, processos seletivos e atendimento presencial ou remoto.
- De clientes, fabricantes, distribuidores, parceiros comerciais, plataformas de compras e portais públicos, quando necessários à execução de projetos, contratos, licitações e oportunidades comerciais.
- Automaticamente, durante o uso do site, sistemas, rede ou recursos digitais, por registros técnicos, cookies e tecnologias semelhantes, conforme as configurações aplicáveis.
- De fontes públicas e bases legitimamente acessíveis, sempre respeitando a finalidade, a boa-fé e os direitos do titular.

6. Categorias de dados tratados

Titulares	Exemplos de dados	Contextos principais
Clientes, representantes e parceiros	Nome, cargo, empresa, CPF quando necessário, telefone, e-mail, assinatura, endereço e registros de atendimento.	Propostas, contratos, entregas, suporte, relacionamento e eventos.
Fornecedores e prestadores	Dados cadastrais, profissionais, bancários, fiscais, de contato e de representantes.	Cadastro, homologação, contratação, pagamentos e conformidade.
Visitantes e usuários digitais	IP, data e hora de acesso, navegador, dispositivo, logs, preferências de cookies e interações.	Segurança, funcionamento, métricas e melhoria dos canais.
Candidatos e colaboradores	Currículo, formação, experiência, documentos, dados trabalhistas, financeiros, benefícios e, quando necessário, dados de saúde ocupacional.	Recrutamento, admissão, gestão de pessoas e obrigações legais.
Visitantes presenciais	Nome, empresa, documento ou imagem, quando necessários.	Controle de acesso, segurança física e registro de visita.

7. Finalidades e bases legais

A base legal é definida conforme o contexto e não depende sempre de consentimento. A Lebre poderá tratar dados para as seguintes finalidades:

Finalidade	Bases legais normalmente aplicáveis
Elaborar propostas, cadastrar oportunidades, executar vendas, locações, projetos, entregas, garantias, suporte e contratos.	Procedimentos preliminares e execução de contrato; legítimo interesse, conforme o caso.
Cumprir obrigações fiscais, contábeis, trabalhistas, regulatórias, de licitação e determinações de autoridades.	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória; exercício regular de direitos.
Gerir fornecedores, parceiros, credenciamentos, certificações e relacionamento com fabricantes e distribuidores.	Execução de contrato; legítimo interesse; cumprimento de obrigação legal.
Realizar comunicação institucional, eventos, pesquisas de	Legítimo interesse ou consentimento, conforme o canal, a

Finalidade	Bases legais normalmente aplicáveis
satisfação e marketing relacionado às atividades da Lebre.	expectativa do titular e a legislação aplicável.
Prevenir fraudes, proteger ambientes, sistemas, pessoas e patrimônio, manter registros e apurar incidentes.	Legítimo interesse; cumprimento de obrigação legal; exercício regular de direitos.
Conduzir recrutamento, admissão e gestão de pessoas.	Procedimentos preliminares, execução de contrato, obrigação legal, exercício regular de direitos e, para dados sensíveis, hipóteses do art. 11 da LGPD.
Defender direitos em processos judiciais, administrativos ou arbitrais.	Exercício regular de direitos.

Quando o consentimento for a base aplicável, ele será solicitado de forma livre, informada e inequívoca, e poderá ser revogado. A revogação não afeta tratamentos anteriores nem impede a conservação permitida ou exigida por lei.

8. Dados pessoais sensíveis

A Lebre não busca coletar dados sensíveis sem necessidade. Quando o tratamento for indispensável - por exemplo, em saúde e segurança do trabalho, benefícios, acessibilidade, identificação biométrica ou cumprimento de obrigação legal -, serão observadas as hipóteses específicas da LGPD, acesso restrito e medidas reforçadas de segurança.

9. Compartilhamento de dados

A Lebre poderá compartilhar dados, na medida necessária, com:

- fabricantes, distribuidores, transportadoras, seguradoras, parceiros e subcontratados envolvidos na oportunidade, entrega, instalação, garantia, suporte ou execução contratual;
- provedores de tecnologia, hospedagem, nuvem, comunicação, assinatura eletrônica, armazenamento, segurança, gestão empresarial e recrutamento;
- instituições financeiras, contabilidade, auditoria, consultorias, escritórios jurídicos e operadoras de benefícios;
- clientes e órgãos públicos, inclusive em licitações, contratos administrativos, fiscalizações e prestações de contas;
- autoridades públicas, órgãos reguladores ou o Poder Judiciário, quando houver dever legal, ordem válida ou necessidade de exercício de direitos;
- empresas envolvidas em reorganização societária, observados os deveres de confidencialidade e proteção de dados.

A Lebre exige que terceiros tratem os dados apenas para finalidades legítimas, adotem medidas de segurança compatíveis e respeitem as obrigações legais e contratuais aplicáveis. Não comercializamos dados pessoais.

10. Transferência internacional

Alguns fornecedores de nuvem, software, comunicação, fabricantes ou parceiros podem armazenar ou acessar dados fora do Brasil. Nessas situações, a Lebre adotará os mecanismos admitidos pela LGPD e pela regulamentação da ANPD, incluindo decisões de adequação, cláusulas contratuais-padrão, cláusulas específicas, normas corporativas globais ou outras hipóteses legais, conforme aplicável.

11. Cookies e tecnologias semelhantes

O site da Lebre poderá utilizar cookies estritamente necessários ao funcionamento e à segurança e, quando implementados, cookies de preferência, desempenho, medição ou publicidade. Cookies não essenciais dependerão da escolha apresentada no gerenciador de consentimento, quando exigido. O usuário poderá revisar suas preferências no próprio site ou no navegador; o bloqueio de cookies necessários pode afetar funcionalidades.

12. Retenção e eliminação

Os dados são mantidos pelo período necessário para cumprir as finalidades informadas e, depois, pelos prazos legais ou regulatórios aplicáveis, ou enquanto forem necessários ao exercício regular de direitos. Os critérios incluem a natureza do dado, o vínculo com o titular, obrigações contratuais, fiscais, trabalhistas e administrativas, riscos envolvidos e prazos prescricionais.

Encerrada a necessidade, os dados serão eliminados, anonimizados ou mantidos de forma segura quando a conservação for autorizada pela LGPD. Currículos não selecionados serão conservados pelo período definido no processo seletivo ou mediante autorização para futuras oportunidades, e depois eliminados conforme os procedimentos internos.

13. Segurança da informação e incidentes

A Lebre adota medidas técnicas, administrativas e organizacionais proporcionais aos riscos, como controle de acesso, autenticação, segregação de funções, registros de atividade, cópias de segurança, proteção de redes e dispositivos, gestão de vulnerabilidades, confidencialidade, treinamento e avaliação de fornecedores. Nenhum ambiente é totalmente imune a riscos, mas a empresa atua continuamente para prevenir, detectar e responder a eventos de segurança.

Incidentes envolvendo dados pessoais serão registrados, avaliados e tratados conforme o plano de resposta da Lebre. Quando um incidente puder acarretar risco ou dano relevante, a Lebre comunicará a ANPD e os titulares afetados nos prazos e condições estabelecidos pela regulamentação vigente, com informações claras sobre o evento, possíveis consequências e medidas adotadas.

14. Direitos dos titulares

Nos limites e condições previstos na LGPD, o titular poderá solicitar:

- confirmação da existência de tratamento;
- acesso aos dados;
- correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade;
- portabilidade, observada a regulamentação e os segredos comercial e industrial;
- eliminação dos dados tratados com consentimento, ressalvadas as hipóteses legais de conservação;
- informações sobre compartilhamentos;
- informação sobre a possibilidade de negar consentimento e suas consequências;
- revogação do consentimento;
- oposição a tratamento irregular;

- revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado que afetem seus interesses e informações sobre os critérios utilizados, respeitados os segredos comercial e industrial;
- peticionamento perante a ANPD e órgãos de defesa do consumidor.

A solicitação será atendida gratuitamente, após validação segura da identidade e, quando aplicável, da representação. A Lebre solicitará apenas as informações necessárias para evitar fraude ou acesso indevido. Se não for possível atender integralmente, apresentará justificativa, inclusive quando houver obrigação legal de retenção, proteção de segredo comercial ou industrial, direitos de terceiros ou quando a Lebre atuar somente como operadora e precisar encaminhar o pedido ao controlador.

15. Crianças e adolescentes

Os serviços da Lebre são direcionados principalmente a organizações e profissionais, e não se destinam diretamente a crianças. Se houver tratamento de dados de crianças ou adolescentes, ele será realizado em seu melhor interesse, com transparência, segurança reforçada e observância das bases e salvaguardas legais aplicáveis, inclusive participação dos responsáveis quando exigida.

16. Decisões automatizadas

A Lebre não adota, como prática geral, decisões exclusivamente automatizadas que produzam efeitos jurídicos relevantes sobre titulares. Caso passe a utilizá-las, fornecerá informações adequadas sobre o procedimento e assegurará os direitos previstos na LGPD, inclusive a possibilidade de solicitar revisão quando aplicável.

17. Responsabilidades dos usuários e terceiros

Quem fornecer dados de outra pessoa à Lebre deverá fazê-lo de forma legítima, transparente e limitada ao necessário. Usuários devem manter seus dados atualizados, proteger credenciais e comunicar suspeitas de uso indevido. Esta Política não controla práticas de sites, plataformas ou serviços de terceiros acessados por links externos; recomenda-se consultar as políticas próprias desses terceiros.

18. Canal de privacidade e encarregado

Dúvidas, solicitações e o exercício de direitos podem ser encaminhados ao canal institucional da Lebre:

Canal de privacidade	contato@lebre.com.br
Telefone	(71) 3254-3000
Endereço	Av. Luís Viana Filho, 13.223, Hangar Business Park, Torre 05, São Cristóvão, Salvador/BA, CEP 41.500-300

A identidade e os dados de contato do encarregado serão divulgados de forma clara no site institucional, conforme a regulamentação aplicável. Até que exista canal específico publicado, as mensagens recebidas no endereço acima serão direcionadas ao responsável interno pela privacidade.

19. Atualizações desta Política

Esta Política poderá ser atualizada para refletir mudanças legais, regulatórias, tecnológicas ou operacionais. A versão vigente permanecerá disponível nos canais institucionais, com indicação da data

de atualização. Alterações relevantes poderão ser comunicadas por aviso no site, e-mail ou outro canal adequado ao relacionamento com o titular.

20. Referências normativas

- Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), com suas alterações.
- Lei nº 12.965/2014 - Marco Civil da Internet, quando aplicável.
- Resolução CD/ANPD nº 15/2024 - Regulamento de Comunicação de Incidente de Segurança.
- Resolução CD/ANPD nº 18/2024 - Regulamento sobre a atuação do encarregado pelo tratamento de dados pessoais.
- Regulamentação da ANPD sobre transferência internacional de dados pessoais, inclusive mecanismos contratuais aplicáveis.